

PAR-DOM IV Subholding S.A.

(Companhia em fase pré-operacional)

Demonstrações financeiras individuais e
consolidadas em

31 de dezembro de 2025



Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	3
Balancos patrimoniais.....	6
Demonstrações do resultado.....	8
Demonstrações do resultado abrangente.....	9
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.....	12
1 Contexto operacional.....	12
2 Base de preparação e políticas contábeis materiais.....	13
3 Gerenciamento de riscos.....	20
4 Caixa e equivalentes de caixa.....	21
5 Aplicações financeiras.....	21
6 Imobilizado (Consolidado).....	21
7 Investimentos (Controladora).....	22
8 Fornecedores (Consolidado).....	24
9 Patrimônio líquido.....	24
10 Despesas gerais ou administrativas.....	24
11 Partes relacionadas (Consolidado).....	26
12 Instrumentos financeiros.....	27
13 Contingências.....	28
14 Eventos subsequentes.....	28



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Ed. BS Design - Avenida Desembargador Moreira, 1300
SC 1001 - 10º Andar - Torre Sul - Aldeota
60170-002 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3457-9500
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos acionistas e administradores da
PAR-DOM IV Subholding S.A.**

Maracanaú (CE)

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da PAR-DOM IV Subholding S.A. ("Companhia") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 08 de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2025, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da PAR-DOM IV Subholding S.A. ("Companhia") e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de 08 de julho de 2025 a 31 de dezembro de 2025, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 10 de abril de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC CE-003141/F-5

Renan Melo de Oliveira

Renan Melo de Oliveira

Contador CRC 023259/O-4

Balanços patrimoniais

Ativo	Nota	Consolidado	Controladora
		31/12/2025	31/12/2025
Caixa e equivalentes de caixa	4	6	1
Aplicações financeiras	5	772	—
Adiantamento a fornecedores		78	—
Partes relacionadas - outros créditos	11	1.422	—
Outros créditos		5	1
Total do Ativo Circulante		2.283	2
Outros créditos		133	—
Realizável a longo prazo		133	—
Investimento	7	—	84.102
Imobilizado	6	84.259	—
		84.259	84.102
Total do Ativo Não Circulante		84.392	84.102
Total do Ativo		86.675	84.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

PAR-DOM IV Subholding S.A.
 (Companhia em fase pré-operacional)
 Balanços Patrimoniais
 em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais)

Passivo	Nota	Consolidado	Controladora
		31/12/2025	31/12/2025
Fornecedores	8	904	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar	11	574	—
Obrigações fiscais		47	—
Obrigações trabalhistas		51	—
Outras contas a pagar		251	—
Total do Passivo Circulante		1.827	—
Outras contas a pagar		744	—
Total do Passivo Não circulante		744	—
Total do Passivo		2.571	—
Patrimônio líquido	9		
Capital social		8.254	8.254
Reserva legal		9	9
Reserva de lucros a distribuir		176	176
Adiantamento para futuro aumento de capital		75.665	75.665
Total do Patrimônio líquido atribuído aos controladores		84.104	84.104
Total do Patrimônio Líquido		84.104	84.104
Total do Passivo e Patrimônio líquido		86.675	84.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado

		<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	Nota	08/07/2025 a 31/12/2025	08/07/2025 a 31/12/2025
Despesas gerais ou administrativas	10	(144)	(1)
Outras receitas operacionais		288	—
Receitas (Despesas) operacionais		144	(1)
Resultado antes das despesas e receitas financeiras líquidas e tributos		144	(1)
Receitas financeiras		44	—
Despesas financeiras		(3)	(1)
Resultado financeiro		41	(1)
Resultado de equivalência patrimonial	6	—	187
Lucro do período		185	185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do resultado abrangente

	<u>Consolidado</u>	<u>Controladora</u>
	<u>08/07/2025 a 31/12/2025</u>	<u>08/07/2025 a 31/12/2025</u>
Lucro do período	<u>185</u>	<u>185</u>
Outros resultados abrangentes - ORA	—	—
Resultado abrangente total	<u>185</u>	<u>185</u>
Resultado atribuído aos:		
Acionistas controladores	185	185

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

PAR-DOM IV Subholding S.A.
 (Companhia em fase pré-operacional)
 Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido
 em 31 de dezembro de 2025
 (Em milhares de reais)

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Notas	Capital integralizado	Reserva legal	Reservas de lucros a distribuir	Adiantamento para futuro aumento de capital	Lucros acumulados	Total	Total do Patrimônio Líquido
Saldo em 08 de julho de 2025		—	—	—	—	—	—	—
Capital subscrito	9	8.254	—	—	—	—	8.254	8.254
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	—	—	—	75.665	—	75.665	75.665
Lucro do período		—	—	—	—	185	185	185
Destinação do Lucro								
Reserva legal	9	—	9	—	—	(9)	—	—
Reserva de lucros a distribuir	9	—	—	176	—	(176)	—	—
Saldos em 31 de dezembro de 2025		8.254	9	176	75.665	—	84.104	84.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa

	Nota	Consolidado	Controladora
		08/07/2025 a 31/12/2025	08/07/2025 a 31/12/2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro do período		185	185
Ajustes para:			
Depreciação	6	20	—
Equivalência patrimonial	7	—	(187)
		205	(2)
Variações nos ativos e passivos			
Outros créditos		(192)	—
Partes relacionadas - outros créditos, líquido de outras contas a pagar		1.042	—
Fornecedores		(1.074)	—
Obrigações trabalhistas		(20)	—
Obrigações fiscais		(5)	—
Outras contas a pagar		35	1
Caixa consumido pelas atividades operacionais		(9)	(1)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais		(9)	(1)
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicações financeiras	5	(1.672)	—
Resgates de aplicações financeiras	5	901	—
Aumento de capital em empresas investidas		—	(75.663)
Aquisição de investimento, líquido do caixa adquirido	7	10	—
Aquisição de imobilizado	6	(74.889)	—
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(75.650)	(75.663)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Adiantamento para futuro aumento de capital	9	75.665	75.665
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		75.665	75.665
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		6	1
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4	—	—
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	4	6	1
Aumento de caixa e equivalentes de caixa		6	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

1 Contexto operacional

A PAR-DOM IV Subholding S.A. (“Companhia”), com sede em Maracanaú (CE), foi constituída em 8 de julho de 2025. A companhia tem como objeto social participar como acionista do capital social de sociedades que atuem em empreendimentos no setor de energia renovável e a comercialização de energia elétrica gerada pelos parques controlados.

Suas controladas têm por objeto social: o desenvolvimento, a construção, a instalação, a operação, a manutenção e a exploração de empreendimentos de geração e a comercialização de energia elétrica.

1.1 Eventos societários relevantes que ocorreram no período

Em 24 de novembro de 2025, a Ventos de Santa Valéria Energias Renováveis S.A. (“Santa Valéria”) deliberou em AGE sobre: (i) o aumento de capital social, no montante de R\$ 8.254, mediante a emissão de 8.252.550 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, (ii) a integralização do referido aumento por meio de contribuição integral da participação societária nas SPEs, avaliadas no montante total de R\$ 8.253 (valor arredondado para fins de subscrição) conforme Laudo de Avaliação Patrimonial Contábil, (iii) a alteração da denominação da razão social de Santa Valéria para PAR-DOM IV Subholding S.A. e a modificação do objeto social para focar na comercialização de energia e participação em outras sociedades. A movimentação foi realizada com o propósito de maximizar a eficiência da estrutura societária e operacional do projeto e, como resultado, a PAR-DOM IV Subholding S.A. passou a ser controladora das SPEs elencadas abaixo:

Controladas	Acervo líquido
Fótons de Santa Marta Energias Renováveis S.A.	4.845
Fótons de Santo Hígino Energias Renováveis S.A.	(17)
Ventos de Santo Manassés Energias Renováveis S.A.	291
Ventos de Santo Elias Energias Renováveis S.A.	2.553
Ventos de São Salomé Energias Renováveis S.A.	291
Ventos de Santa Noemí Energias Renováveis S.A.	291
Total	8.254

1.2 Descrição dos projetos parcialmente detidos pela Companhia

Projeto Paraíso Solar

O projeto encontra-se em fase de desenvolvimento, contemplando a implantação de oito parques solares, dos quais dois são controlados pela Companhia. A capacidade instalada total do projeto é de 640MW, dos quais 160MW são controlados pela Companhia. O parque controlado pela Companhia está localizado no município de Paraíso das Águas (MG).

Projeto Dom Inocência IV

O projeto encontra-se em fase de desenvolvimento, contemplando a implantação de oito parques eólicos, dos quais quatro são controlados pela Companhia. A capacidade instalada total do projeto é de 383MW, dos quais 217,6MW são controlados pela Companhia. O parque controlado pela Companhia está localizado no município de Dom Inocência (PI).

2 Base de preparação e políticas contábeis materiais

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que contemplam os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e homologadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Além disso, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 10 de abril de 2026.

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas prospectivamente.

A Companhia não possuía premissas e estimativas que representassem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no período findo em 31 de dezembro de 2025, bem como não efetuava julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas, que apresentem efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

2.4 Base de consolidação (Controladora)

A Companhia consolida todas as entidades sobre as quais detém o controle, isto é, quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem capacidade de dirigir suas atividades relevantes, conforme disposições do Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

As entidades são consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. Transações, saldos e resultados de transações entre controladas e controladora são eliminados. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas, listada a seguir:

Controladas	Empreendimentos	Potência Instalada (MW)	Localização	Data de constituição	Status	Tipo de investimento		% do Capital Social	
						31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fótons de Santa Marta Energias Renováveis S.A.	UFV Fótons de Santa Marta 01	80	Paraíso das Águas (MG)	28 de maio de 2020	Pré-operacional	Direto	—	100,00%	—
Fótons de Santo Higino Energias Renováveis S.A.	UFV Fótons de Santa Marta 02	80	Paraíso das Águas (MG)	30 de janeiro de 2025	Pré-operacional	Direto	—	100,00%	—
Ventos de Santo Manassés Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Rosa 11	54,4	Dom Inocência (PI)	16 de agosto de 2024	Pré-operacional	Direto	—	100,00%	—
Ventos de Santo Elias Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Rosa 10	54,4	Dom Inocência (PI)	12 de janeiro de 2011	Pré-operacional	Direto	—	100,00%	—
Ventos de São Salomé Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Rosa 12	54,4	Dom Inocência (PI)	16 de agosto de 2024	Pré-operacional	Direto	—	100,00%	—
Ventos de Santa Noemi Energias Renováveis S.A.	Ventos de Santa Rosa 13	54,4	Dom Inocência (PI)	16 de agosto de 2024	Pré-operacional	Direto	—	100,00%	—

Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia as informações financeiras das controladas são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações *intercompany*, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações *intercompany*, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico.

2.6 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas classificam seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao custo amortizado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação de seus ativos financeiros é feita no reconhecimento inicial e de acordo com a finalidade para a qual foram adquiridos. O custo amortizado é reduzido por perdas por "impairment". A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não possuía ativos financeiros classificados nas categorias de valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

A Companhia e suas controladas classificam seus passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva dos juros. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia e suas controladas se tornam parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia e suas controladas alterem o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, seja um derivativo ou seja designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, quando transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas não transferem e nem mantêm substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro, e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia e suas controladas realizam transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: caixa e equivalentes de caixa, partes relacionadas - outros créditos e aplicações financeiras.

Os passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e sua controlada são: fornecedores, partes relacionadas - outras contas a pagar e outras contas a pagar.

2.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (“Impairment”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não identificaram quaisquer indícios de *impairment* com relação aos seus ativos não financeiros.

2.8 Ativo imobilizado (Consolidado)

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção.

O custo de ativos construídos inclui o custo de materiais e mão de obra direta, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para operar da forma pretendida pela Administração.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos pela entidade relativos ao empréstimo. Os custos de empréstimos, deduzidos das receitas financeiras inerentes a esses recursos e vinculados aos empreendimentos, são capitalizados ao imobilizado durante o período em que as atividades relacionadas ao desenvolvimento estiverem sendo executadas.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão gerar benefícios futuros e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

Depreciações

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso, ou no caso dos ativos construídos internamente, após a emissão do último despacho comercial, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), para as unidades geradoras dos empreendimentos, momento que caracteriza o marco inicial da operação comercial plena das controladas.

A depreciação é calculada sobre o custo dos ativos imobilizados ou outro valor substituto do custo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. As taxas utilizadas estão de acordo com relatório de unitização do empreendimento, elaborado por consultoria especializada, seguindo diretrizes estabelecidas pelo Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrica (“MCPSE”), aprovado pelas Resoluções Normativas nº 367/2009 e 474/2012 pela ANEEL.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

2.9 Receitas e despesas financeiras

Todos os instrumentos financeiros são avaliados ao custo amortizado. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são mensurados no resultado pelo método de juros efetivos.

2.10 Imposto de renda e contribuição social

Ativos e passivos tributários correntes do último período e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço nos países em que a Companhia e suas controladas operam e geram receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativas a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os ativos fiscais diferidos sobre prejuízos fiscais de apuração de imposto de renda e base negativa de contribuição social não são registrados. Na data-base das demonstrações financeiras, a Controladora não possui diferenças temporárias.

A Companhia, optante pelo regime tributário do lucro real anual, não apresentou imposto de renda e contribuição social a pagar.

O imposto de renda das controladas foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240. A contribuição social das controladas foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

2.11 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2026. A Administração não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. IFRS 18 – Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis: O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Administração ainda está avaliando o impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b. Outras normas contábeis: não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua controlada:

- Contratos de eletricidade relacionados à natureza (alterações IFRS 9 e IFRS 7).
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7).

3 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

(i) Riscos pré-operacional e operacional:

Os riscos pré-operacionais e operacionais estão relacionados a, respectivamente, atrasos e outros fatores que podem prejudicar o processo de construção do empreendimento, e a paralisação de parte ou de todo o processamento de energia esperado.

A Administração da Companhia mantém contratos firmados com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, incluindo contrato de seguros e manutenções periódicas dos ativos da operação.

(ii) Risco de crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia de acordo com a política de tesouraria. As aplicações que não estejam previstas na política, são avaliadas pela Diretoria Executiva. Os limites de crédito da política de tesouraria são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. Tais limites foram incorporados ao regulamento dos Fundos de Investimentos nos quais a Companhia aplica a maior parte do caixa disponível.

A controladora final da Companhia é a CDV, portanto a Administração da CDV estabelece um montante mínimo de posição em caixa para cada empresa, a depender do estágio operacional em que cada uma se encontra e observando as obrigações dos contratos de financiamento. Tal posição de caixa deve ser suficiente para o cumprimento de obrigações de curto prazo com fornecedores, entidades governamentais e acionistas. Além disso, o Orçamento da CDV estabelece o caixa mínimo a ser mantido na controladora e nas controladas. Todo recurso disponível deve ser, sempre que possível, aplicado nos Fundos de Investimentos da CDV através do FIC Domus Ventis ("FIC Consolidador").

Com relação às contas a receber de clientes, a Companhia restringe a sua exposição a riscos de crédito por meio da seletividade de clientes e de análises de crédito contínuas. Adicionalmente, com base no histórico operacional da Companhia, inexistem históricos relevantes de perdas de títulos a receber.

(iii) Risco de liquidez

Risco de liquidez refere-se à possibilidade da Companhia e suas controladas não cumprirem suas obrigações financeiras nas datas previstas, bem como encontrar dificuldades em atender às necessidades do seu fluxo de caixa devido a restrições de liquidez do mercado.

(iv) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno financeiro do empreendimento. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Um risco de mercado importante observado em 31 de dezembro de 2025 pela Companhia é a exposição cambial indireta decorrente dos investimentos (CAPEX) realizados por suas controladas para a construção de projetos de geração de energia. Essa exposição decorre, nas controladas, principalmente da aquisição de equipamentos e contratos firmados em moeda estrangeira necessários para a implementação dos empreendimentos.

Análise de sensibilidade

Descrição	Saldos 31/12/2025	Risco	Cenário 25%	Cenário 50%
Aplicações financeiras	772	Baixa do CDI	772	772
Efeito no resultado	1		1	1

4 Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	Consolidado	Controladora
	31/12/2025	31/12/2025
Bancos conta movimento	6	1
Total	6	1

5 Aplicações financeiras

a. Composição do saldo

Descrição	31/12/2025
Aplicações financeiras	772
Total	772
Ativo circulante	772

b. Movimentação do saldo

Descrição	31/12/2025
Saldos iniciais	—
Capitalização de rendimento de aplicação	1
Aplicações financeiras	1.672
Resgates de aplicações financeiras	(901)
Saldos finais	772

6 Imobilizado (Consolidado)

a. Composição do saldo

Descrição	Taxa %	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025
Torres anemométricas	10,00%	1.167	(528)	638
Máquinas e equipamentos	1,85% a 16,67%	42	(16)	26
Imobilizados em andamento	—%	83.595	—	83.595
Total		84.804	(544)	84.259

b. Movimentação do saldo

Descrição	Adições por aquisição	Adições	Depreciação	31/12/2025
Torres anemométricas	658	–	(20)	638
Máquinas e equipamentos	26	–	–	26
Imobilizados em andamento	7.746	75.849	–	83.595
Total	8.430	75.849	(20)	84.259

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas apresentaram adições ao ativo imobilizado que não tiveram efeito caixa no montante R\$960, relativas a capitalização de seguros.

7 Investimentos (Controladora)

a. Composição do saldo

Controladas	31/12/2025
Fótons de Santa Marta Energias Renováveis S.A.	6.208
Fótons de Santo Higinio Energias Renováveis S.A.	1.209
Ventos de Santo Manassés Energias Renováveis S.A.	18.596
Ventos de Santo Elías Energias Renováveis S.A.	20.897
Ventos de São Salomé Energias Renováveis S.A.	18.596
Ventos de Santa Noemí Energias Renováveis S.A.	18.596
Total	84.102

b. Movimentação do saldo

Controladas	Ações integralizadas	Aumento de capital em empresas investidas	Equivalência patrimonial	31/12/2025
Fótons de Santa Marta Energias Renováveis S.A.	4.845	1.295	69	6.208
Fótons de Santo Higinio Energias Renováveis S.A.	(17)	1.208	18	1.209
Ventos de Santo Manassés Energias Renováveis S.A.	291	18.237	68	18.596
Ventos de Santo Elias Energias Renováveis S.A.	2.553	18.449	(104)	20.897
Ventos de São Salomé Energias Renováveis S.A.	291	18.237	68	18.596
Ventos de Santa Noemí Energias Renováveis S.A.	291	18.237	68	18.596
Total	8.254	75.663	187	84.102

c. Saldos das controladas

Controladas	Participação societária (%)	31/12/2025				Patrimônio líquido na data da aquisição	Resultado na data de aquisição até 31/12/2025
		Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Resultado		
Fótons de Santa Marta Energias Renováveis S.A.	100%	2.241	1.208	2.844	(1.811)	5.820	69
Fótons de Santo Higinio Energias Renováveis S.A.	100%	—	—	—	—	16	18
Ventos de Santo Manassés Energias Renováveis S.A.	100%	1	—	1	—	429	68
Ventos de Santo Elias Energias Renováveis S.A.	100%	1.695	98	3.027	(1.431)	3.608	(104)
Ventos de São Salomé Energias Renováveis S.A.	100%	—	—	1	(1)	428	68
Ventos de Santa Noemí Energias Renováveis S.A.	100%	—	—	1	(1)	428	68
Total		3.937	1.306	5.874	(3.244)	10.729	187

8 Fornecedores (Consolidado)

Descrição	31/12/2025
Fornecedores de obras e serviços	904
Total	904

9 Patrimônio líquido

O capital social integralizado é de R\$8.254 em 31 de dezembro de 2025 e está representado por 8.253.550 ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, conforme composição a seguir:

Acionistas	31/12/2025		
	(%) Capital	(R\$) Valor	Ações
Casa dos Ventos S.A.	100,00%	8.254	8.253.550
Total	100,00%	8.254	8.253.550

Aumento de capital

Em 24 de novembro 2025, de acordo com Ata de Assembleia Geral Extraordinária (“AGE”), o acionista subscreveu aumento de capital no montante total de R\$ 8.254, o qual foi integralizado no período, em moeda corrente.

Adiantamento para futuro aumento de capital

No período findo em 31 de dezembro 2025 foram realizados aportes a título de AFAC no montante de R\$ 75.665.

Reserva legal

Será constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do Art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia constituiu reserva legal no montante de R\$9.

Reserva de lucros a distribuir

Em 31 de dezembro de 2025, foi constituído montante de reserva de lucros a distribuir na ordem de R\$176.

10 Despesas gerais ou administrativas

Descrição	Consolidado	Controladora
	08/07/2025 a 31/12/2025	08/07/2025 a 31/12/2025
Despesas com escritórios	(20)	–
Depreciação	(20)	–
Despesas com manutenção	(99)	–
Outras despesas gerais ou administrativas	(5)	(1)
Total	(144)	(1)

II Partes relacionadas (Consolidado)

Os principais saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025, bem como as transações que influenciaram o resultado do período, decorrentes de transações da Companhia com partes relacionadas, estão descritas abaixo:

Descrição	31/12/2025
Ativo	1.422
Partes relacionadas - outros créditos	1.422
Condomínios ativo	1.422
Passivo	574
Partes relacionadas - outras contas a pagar	574
Transações de condomínio (b)	247
Compartilhamento de despesas (a)	284
Outras contas a pagar com partes relacionadas	43

- (a) Em 31 de dezembro de 2025, as controladas possuíam operações com partes relacionadas decorrente de contrato de compartilhamento de despesas firmado com a Casa dos Ventos S.A., com a finalidade de prestação de serviços administrativos.
- (b) As controladas possuíam despesas em regime de condomínio, conforme contrato com a líder do condomínio, ficando com saldos em contas transitórias até a sua liquidação.

A Casa dos Ventos S.A. é a controladora final da Companhia.

Remuneração da Administração

A Companhia não efetua pagamentos de remuneração aos membros de sua Administração, os quais renunciam à remuneração pelo exercício de seus cargos na Companhia em seus termos de posse. A remuneração, é suportada diretamente pelo acionista que indicou o respectivo administrador. Especificamente quanto aos administradores indicados por Casa dos Ventos S.A., a remuneração é paga diretamente por essa acionista e, posteriormente, apropriada às suas controladas, incluindo a Companhia, por meio de rateio. Tais valores são registrados pela Companhia como serviços tomados, classificados em despesas gerais e administrativas, conforme aplicável. Os montantes incorridos no período findo em 31 de dezembro de 2025, encontram-se divulgados na nota explicativa correspondente às demonstrações financeiras da Casa dos Ventos S.A.

12 Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros contratados com terceiros discriminam-se como segue:

a. Valor justo dos instrumentos financeiros não derivativos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo.

Descrição	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025		31/12/2025	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	6	6	1	1
Partes relacionadas - outros créditos	1.422	1.422	—	—
Aplicações financeiras	772	772	—	—
Fornecedores	(904)	(904)	—	—
Partes relacionadas - outras contas a pagar	(574)	(574)	—	—
Outras contas a pagar	(995)	(995)	—	—
Total	(273)	(273)	1	1

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não apresentavam instrumentos financeiros derivativos. Os instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas são avaliados ao custo amortizado.

13 Contingências

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, previdenciárias, trabalhistas e cíveis.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências atuais, as decisões mais recentes nos tribunais sobre cada tema, bem como a avaliação dos advogados externos. Contingências identificadas como perda remota não são contabilizadas, nem divulgadas; contingências identificadas como perda possível são apenas divulgadas; e contingências identificadas como perda provável são contabilizadas e divulgadas nas demonstrações financeiras. A Administração revisa suas estimativas e premissas continuamente.

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, avaliaram não existir processos avaliados como provável de perda ou possíveis, portanto nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação requerida.

14 Eventos subsequentes

Em 30 de janeiro de 2026, conforme deliberado em AGE, o capital social da Companhia foi aumentado no montante de R\$77.835, totalmente subscrito e integralizado mediante a capitalização de R\$1 em créditos de AFAC realizados em 2025 e o aporte de R\$77.834 em moeda corrente nesta data.

Em 23 de março de 2026, conforme deliberado em AGE, ocorreu um aumento do capital social da Companhia no montante de R\$152.753, totalmente subscrito e parcialmente integralizado no valor de R\$ 32.535, mediante a capitalização de créditos de AFAC realizados em 2025. O saldo remanescente de R\$ 120.218 será integralizado pelos acionistas conforme os prazos e condições estabelecidos na referida Ata.